AND,ALL

AVEQ

BRIEFING ELEIÇÕES

Brasil 2026

O que o resultado das eleições muda para empresas, líderes e investidores com operações no País

OUTUBRO DE 2026

EDITORIAL

Confiança, o ativo mais exposto do próximo ciclo

Este briefing se dirige a líderes executivos, investidores e conselhos de administração de empresas que, de qualquer parte do mundo, têm negócios no Brasil. Não pretendemos repetir a cobertura factual da imprensa. Queremos interpretar o cenário pós-eleitoral brasileiro e o que ele significa para empresas e líderes que operam no país.

Em qualquer ciclo econômico ou político, **a confiança é o ativo mais estratégico de uma organização**. É ela que sustenta a credibilidade diante de investidores, a lealdade de clientes, a atração de talentos e a legitimidade perante reguladores e a sociedade.

O resultado de 2026 confirma um país dividido ao meio. O presidente foi reeleito com 51,79% dos votos válidos, vai conviver com um Congresso de maioria conservadora e governará sob forte restrição fiscal.

Nesse cenário, **a confiança passa a ser também o ativo mais exposto**. No ambiente digital, uma versão se espalha antes que alguém tenha tempo de verificá-la. Eventos operacionais rotineiros, como uma ação trabalhista, um atrito com fornecedores, uma disputa societária ou um incidente cibernético, deixam de ser vistos como falhas técnicas. Passam a ser lidos pela lente ideológica, como testes de integridade e de caráter da empresa. Ao mesmo tempo, a tendência brasileira de levar ao Judiciário disputas políticas e regulatórias encarece as operações e transforma a incerteza jurídica em risco reputacional direto.

Para proteger esse patrimônio, **o papel da liderança é manter-se firme nos valores e princípios que fundam a companhia**. Sob pressão conjuntural e ruído político, a tentação de tomar atalhos, entrar em embates públicos ou assumir posições partidárias é o caminho mais curto para a erosão da credibilidade. Líderes maduros sabem que coerência de longo prazo, transparência e adesão rigorosa à cultura ética da empresa são as verdadeiras âncoras contra a instabilidade.

Neutralidade, porém, não significa ausência. O ciclo que começa em 2027 desloca o centro das decisões para o Congresso. Cada tema regulatório, da tributação à jornada de trabalho, da saúde à energia e às plataformas digitais, vira uma negociação mais longa e mais pública. Estarão mais protegidas as empresas que acompanharem a agenda legislativa com método, dialogarem com todo o espectro político e comunicarem com consistência. Correm mais risco as que apostarem em um único interlocutor ou esperarem o ruído passar. Em um país dividido, preservar a confiança vai além da reputação: passa a ser condição para operar.

Boa leitura!



Paulo Andreoli
fundador e CEO da AND, ALL — Reputação e influência

RESULTADOS · 01

Lula vence com uma virada inédita, mas o país sai dividido ao meio

Luiz Inácio Lula da Silva REELEITO
PT

51,79%

64.256.232 votos

Flávio Bolsonaro
PL

48,21%

59.826.041 votos

Diferença: 4,43 milhões de votos · 2º turno, 25/10/2026 · Fonte: TSE

Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT, centro-esquerda), foi reeleito em 25 de outubro para o quarto mandato (2027–2030). Ele governou o país de 2003 a 2010 e voltou ao cargo em 2023. Obteve 51,79% dos votos válidos (64.256.232 votos), a maior votação absoluta já registrada por um candidato a presidente no Brasil. O adversário, o senador Flávio Bolsonaro, do Partido Liberal (PL, direita) e filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, teve 48,21% (59.826.041 votos).

Foi a primeira vez, desde a redemocratização, que um candidato atrás no primeiro turno venceu a eleição presidencial no segundo. Em 4 de outubro, Flávio havia terminado à frente, com 47,03% contra 45,16%, uma vantagem de cerca de 2,2 milhões de votos.

Três fatores explicam a virada:

- **Mais eleitores nas urnas.** O voto é obrigatório no Brasil, mas a punição para quem falta é branda. A abstenção, que historicamente cresce no segundo turno, caiu de 21,08% para 19,21%, o menor índice desde 2006. Com a queda de votos brancos e nulos, o total de votos válidos aumentou em cerca de 4,8 milhões. Em uma disputa tão polarizada, esse foi um fator decisivo.
- **Mobilização nas ruas e nas redes**, deflagrada só depois do primeiro turno (ver box “Nas ruas e nas redes”).
- **Entregas de governo na reta final:**
  - **Fim da escala 6x1.** A Emenda Constitucional 141/2026, promulgada pelo Congresso em 16 de outubro com articulação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), acaba com o regime de seis dias de trabalho para um de folga como regra geral. A jornada semanal máxima cai de 44 para 42 horas em dezembro de 2026 e para 40 horas em dezembro de 2027, com dois dias de descanso por semana e sem redução de salário.
  - **Perdão de dívidas e novo teto do MEI.** O Microempreendedor Individual (MEI) é o regime simplificado de formalização de trabalhadores por conta própria e pequenos negócios: um imposto fixo mensal de baixo valor dá acesso a CNPJ e à previdência social. Lei sancionada em 21 de outubro perdoa dívidas tributárias federais da categoria, o que deve beneficiar cerca de 3,6 milhões de microempreendedores. A mesma lei eleva o teto de faturamento anual de R$ 81 mil para R$ 110 mil em 2027 e para R$ 140 mil em 2028, e permite contratar até dois empregados.
  - **Reajuste de 15,04% no Bolsa Família**, principal programa federal de transferência de renda para famílias de baixa renda, pago a partir de 19 de outubro.

Implementar e financiar esse pacote serão os primeiros testes do novo mandato.



Percentual dos votos válidos · em cinza, demais candidatos no 1° turno

Fonte: TSE

Contestação sem eco. Flávio Bolsonaro disse ser "impossível reconhecer" o resultado e anunciou um pedido de anulação. Não teve respaldo. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, que chegou ao Supremo Tribunal Federal por indicação de Jair Bolsonaro, não deu abertura a questionamentos formais. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, não endossou a contestação.

Liderança em xeque. Depois da derrota, Flávio Bolsonaro deixou o país rumo aos Estados Unidos e divulgou uma carta de teor golpista. As duas decisões foram criticadas por aliados, que passaram a questionar sua capacidade de liderar a oposição e a força do bolsonarismo nos próximos anos. Nos bastidores, integrantes do PL temem que as atitudes do senador contaminem o partido, que avaliam precisar se afastar da imagem de legenda golpista. Em público, políticos do PL relativizam o episódio e afirmam que Flávio saiu do país para se proteger do que classificam como "perseguição" do Superior Tribunal Federal (STF).

IMPLICAÇÃO PARA EMPRESAS

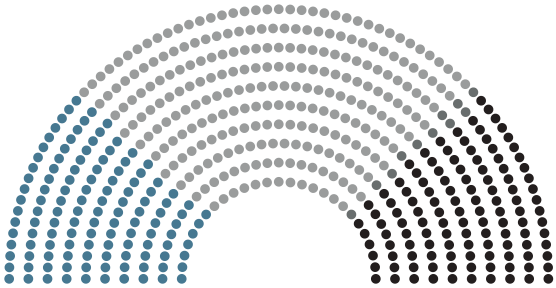
As três medidas da reta final afetam diretamente o custo de pessoal, as cadeias de pequenos fornecedores e o consumo das famílias de baixa renda. As regras de transição da nova jornada, inclusive uma eventual lei complementar para pequenas empresas, e a revisão de acordos coletivos até dezembro estarão entre as primeiras disputas do novo ciclo.

As instituições eleitorais, por sua vez, passaram por mais um teste de estresse sem ruptura.

CONGRESSO · 02

O PL terá a maior bancada nas duas Casas, e o quarto mandato dependerá do Centrão

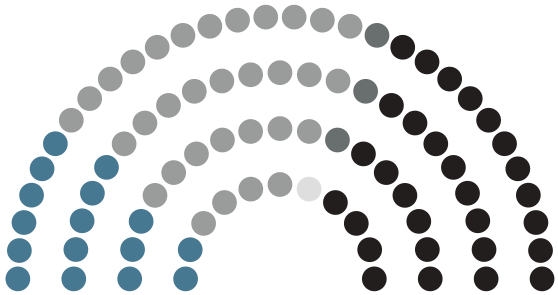
CÂMARA DOS DEPUTADOS · 513



121 deputados do PL (23,6% da Câmara)

PL	121	PT	70	União Brasil	46	PSD	43
PP	41	Republican...	41	MDB	36	Podemos	27
PSB	15	PSOL	14	PCdoB	11	PSDB	11
Novo	10	PV	7	PDT	6	Avante	5
PRD	5	Solidariedade	2	Missão	1	Rede	1

SENADO FEDERAL · 81



29 senadores do PL, maior bancada em início de legislatura desde 1988

PL	29	PT	10	MDB	8	PP	6
União Brasil	5	Republicanos	5	PSD	4	PSB	4
Novo	3	PSDB	2	Podemos	2	Rede	1
PDT	1	Sem partido	1				

Esquerda e centro-esquerda · Centro e Centrão · Direita · PL · Sem partido

Fonte: TSE, via Exame/Inteligov (Câmara, 05/10/2026); Agência Senado, projeção para fev/2027 (25/10/2026)

O Partido Liberal elegeu a maior bancada da Câmara dos Deputados, com 121 de 513 cadeiras. No Senado, conquistou 19 das 54 vagas em disputa. Deve começar a legislatura, em fevereiro de 2027, com 29 dos 81 senadores: a maior bancada de um partido no início de uma legislatura desde a Constituição de 1988 e quase o triplo da bancada do PT. A federação liderada pelo PT (PT, PCdoB e PV) soma 88 deputados. Federações são alianças em que os partidos atuam como uma só legenda por pelo menos quatro anos.

A governabilidade continuará sendo um desafio. Há anos perdem eficácia os instrumentos tradicionais de negociação do Executivo com o Congresso: a distribuição de ministérios a partidos aliados e as emendas parlamentares, recursos do Orçamento cujo destino é definido por deputados e senadores. A relação do presidente com o comando da Câmara e do Senado é o que define a base de sustentação do governo.

O quarto mandato dependerá de uma coalizão com o **Centrão**, inclusive com frentes dispersas desses partidos, e dos presidentes das duas Casas, que serão eleitos em fevereiro de 2027. O Centrão é um bloco de partidos de centro e centro-direita, sem identidade ideológica rígida, que historicamente negocia apoio a governos de diferentes orientações em troca de espaço na administração e no Orçamento.

> “Para empresas, setores e entidades que dependem de decisões públicas, o recado é objetivo: o Legislativo decide a pauta. Qualquer pauta estrutural dependerá, na prática, da disponibilidade da agenda e apoio do Legislativo. O êxito de quem a defende será medido pela capacidade de construir maioria ali, não somente pelo acesso ao Palácio.”
>
> — Andressa Nervino, sócia-diretora da Concordia Public Affairs Strategies

IMPLICAÇÃO PARA EMPRESAS

Uma agenda regulatória que antes se resolvia nos ministérios passa a exigir mapeamento das bancadas, das frentes parlamentares e das comissões. O interlocutor decisivo deixa de ser só o governo e passa a ser também o Congresso.

NAS RUAS E NAS REDES

Como a mobilização digital e as ruas viraram a eleição

O primeiro turno, em 4 de outubro, criou um cenário difícil para a campanha de Lula. Flávio Bolsonaro saiu à frente, com uma vantagem que indicava favoritismo da oposição. Já no dia seguinte, a campanha começou a se reorganizar com três movimentos decisivos:

01 **Comunicação sem filtro.** Lula reuniu-se com lideranças jovens e passou a gravar vídeos em formato selfie para falar diretamente com o eleitor.

02 **Ocupação das ruas.** Um ato convocado por estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ), viralizou e deu origem a três semanas seguidas de manifestações em várias cidades.

03 **Militância em escala.** O deputado federal André Janones criou no WhatsApp o canal "Exército do Lula", que passou de 10 milhões de inscritos. Além de distribuir orientações, como a de não interagir com conteúdos adversários para não impulsioná-los nos algoritmos, o canal apostou em uma ideia defendida por Janones e pelo próprio Lula: cada eleitor tinha o poder e a responsabilidade de construir a virada. Eleitores anônimos viraram produtores de conteúdo.

10 mi+ inscritos no canal 'Exército do Lula'

Esse engajamento capilarizado transformou o desânimo inicial em cobrança pública, sobretudo sobre artistas e criadores de conteúdo, pressionados a abandonar a neutralidade. Aderiram nomes de grande alcance popular e digital, como a cantora Anitta, e da cultura e da teledramaturgia, como o ator Wagner Moura. Houve repercussão internacional, com Mark Ruffalo e Madonna.

Pressionada pelas ruas e pelo domínio da narrativa adversária nas plataformas, a campanha de Flávio Bolsonaro moderou o discurso, recuou em declarações e propostas controversas e passou a pedir com mais insistência vídeos de apoio a personalidades. O volume e a espontaneidade da mobilização em torno de Lula, porém, mantiveram a pauta pública favorável ao presidente nas semanas decisivas.

> **"A esquerda não apenas incorporou a linguagem do ambiente digital, como conseguiu romper bolhas ao engajar uma rede capilarizada que pressionou personalidades da cultura, do entretenimento e grandes criadores de conteúdo a abandonarem a neutralidade. A convergência entre mensagens diretas e a cobrança pública sobre influenciadores descentralizou a narrativa e neutralizou a vantagem algorítmica até então detida pela oposição."**
>
> — Amábile Rozzi, líder das práticas de Social Media, Conteúdo Digital & Influência da AND, ALL

O que vem agora. O teste segue em duas vias. De um lado, se o governo conseguirá dar respostas práticas às demandas da base que mobilizou milhões de votos. De outro, se essa população, com a escolha consolidada, vai manter a postura de cobrança e a presença ativa nos debates públicos e digitais do dia a dia.

LEITURA PARA EMPRESAS

A campanha mostrou que a cobrança pública por posicionamento pode migrar de celebridades para marcas. Para as empresas, a neutralidade segue sendo o caminho mais seguro, desde que seja uma decisão deliberada e preparada com antecedência, e não uma omissão improvisada.

Com o Orçamento engessado, cada medida do governo terá de ser negociada

A pressão sobre as contas públicas, intensificada pelos anúncios de campanha, faz da melhoria do ambiente econômico e produtivo o desafio "inequivocamente prioritário" do novo mandato, avalia Andressa Nervino.

O projeto de Orçamento de 2027 prevê que **91,7% das despesas primárias**, isto é, dos gastos do governo sem contar os juros da dívida, sejam obrigatórias por lei, como aposentadorias, salários de servidores e transferências a estados e municípios. O mesmo projeto estima superávit primário de apenas **R$ 18,6 bilhões**, já descontadas as despesas que a lei permite excluir do cálculo da meta fiscal. Sobra pouca margem para investimento público, e cada nova medida dependerá de negociação com um Congresso de maioria conservadora.

AMÉRICA LATINA

A direita predomina na região, mas o pragmatismo comercial prevaleceu na reação a Lula



Governos de esquerda: Brasil (Lula), México (Claudia Sheinbaum), Uruguai (Yamandú Orsi)

Governos de direita e centro-direita:

Argentina (Javier Milei)
Chile (José Antonio Kast)
Peru (Keiko Fujimori)
Equador (Daniel Noboa)
Bolívia (Rodrigo Paz)
Paraguai (Santiago Peña)
Colômbia (Abelardo de la Espriella)

Classificação restrita a governos eleitos da América do Sul e ao México.

A consolidação de governos de direita em quase toda a América Latina confirma que a região funciona como um mosaico heterogêneo. A reação dos vizinhos à vitória de Lula, porém, indica que a agenda econômica regional continuará guiada pelo pragmatismo comercial, e não pelo alinhamento ideológico. Os chefes de Estado conservadores de Chile, Peru, Colômbia, Equador, Bolívia e Paraguai cumprimentaram Lula e destacaram que integração, segurança e comércio estão acima das divergências políticas.

A exceção foi a Argentina. O governo de Javier Milei disse apenas ter "tomado nota" do resultado, não emitiu comunicado e afirmou que as relações comerciais e diplomáticas seguem normais. Para empresas e investidores, o sinal é de preservação dos fluxos de comércio e investimento na região.

Fora da América Latina, a União Europeia e mais de 30 países reconheceram o resultado nas primeiras 48 horas. A chancelaria chinesa registrou a vitória. O primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, cumprimentou Lula e defendeu ampliar o comércio e a cooperação ambiental. Nos Estados Unidos, o presidente Donald Trump afirmou, sem apresentar provas, que a eleição "pareceu fraudada", mas disse gostar de Lula e se dar bem com ele. Até o fechamento desta edição, o governo americano não havia reconhecido oficialmente o resultado. Com as tarifas americanas sobre produtos brasileiros, a disputa por minerais críticos e a regulação de plataformas digitais em pauta, a relação Brasil–EUA segue como o principal fator externo de risco para empresas com operações nos dois países.

Diretrizes de governo mantidas, disputa decidida no Congresso

Análise da Concordia Public Affairs Strategies

Finanças e ambiente econômico: sem corte de gastos à vista, o ajuste virá pela receita

- **Equipe econômica.** Entre os nomes cotados estão o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), o governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), e a permanência do atual ministro da Fazenda, Dario Durigan.
- **Gastos.** Nem na campanha nem no discurso de vitória o presidente sinalizou empenho em conter despesas, ponto fraco de toda a sua gestão. A tendência é de economia aquecida, o que deve frear a atual trajetória de queda dos juros.
- **Receita.** Sem corte profundo de gastos, o reequilíbrio fiscal deve vir do aumento de arrecadação. Voltam à mesa a tributação das letras de crédito (LCI e LCA, títulos hoje isentos de Imposto de Renda que financiam os setores imobiliário e agrícola) e o IOF, imposto sobre operações financeiras. O formato seria diferente do proposto em 2025, justamente para reduzir a resistência do Congresso. Essa resistência tende a crescer com um Legislativo mais oposicionista e avesso a aumento de impostos.
- **Banco Central.** A partir de março de 2027, Lula indicará quatro diretores do Banco Central, que tem autonomia legal para perseguir a meta de inflação. Os nomes passam pelo Senado, e caberá aos senadores barrar indicações vistas pelo mercado como heterodoxas. Sabendo disso, Lula deverá continuar indicando acadêmicos e servidores de carreira.
- **Crédito.** A ampliação do acesso ao crédito, principal bandeira da política social, esbarra no superendividamento das famílias. Também não melhorou a percepção da população sobre a economia nem sobre o governo.

Saúde: continuidade na gestão, pressão por atendimento especializado e contenção de custos

- **Continuidade.** O ministro Alexandre Padilha deve permanecer no cargo. Os programas reconstruídos no terceiro mandato formam o legado sobre o qual o quarto mandato vai operar: Mais Médicos (envio de médicos a regiões com falta de profissionais), Programa Nacional de Imunizações, Farmácia Popular (medicamentos gratuitos ou subsidiados) e a estratégia do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, de estímulo à produção nacional de medicamentos, vacinas e equipamentos.
- **Atenção especializada.** A demanda da população se concentra em consultas e cirurgias especializadas. O Ministério tende a priorizar unidades móveis, telemedicina, parcerias com o setor privado e ampliação do acesso a tecnologias em saúde.
- **Contenção de custos.** Como as demandas atuais são mais caras, devem avançar medidas regulatórias e de revisão de gastos no Sistema Único de Saúde (SUS), o sistema público e universal. As principais são: revisão das regras de reajuste de preços de medicamentos definidas pela CMED, órgão que regula esses preços; revisão das diretrizes para compras feitas por ordem judicial; e novos mecanismos de negociação para incorporar tecnologias ao SUS.

Infraestrutura e energia: petróleo e transição energética lado a lado

- **Petrobras.** A estatal segue como protagonista da política energética, com a exploração da Margem Equatorial, nova fronteira de petróleo em águas profundas na costa norte do país. O governo mantém lado a lado o discurso de transição energética e a expansão da produção de petróleo e gás.
- **Biocombustíveis.** Continuam no centro das políticas de transição energética e industrial e da projeção internacional do Brasil na agenda de descarbonização. O foco é aprimorar o RenovaBio, programa de metas de descarbonização para distribuidoras de combustíveis, e fortalecer a Petrobras Biocombustível (PBio). A presença de Alckmin, aliado do setor, reforça esse apoio.
- **Setor elétrico.** O principal desafio são os cortes de geração renovável (*curtailment*), que acontecem quando a rede não consegue escoar a energia solar e eólica produzida. O governo indica que vai expandir a transmissão, revisar os incentivos à micro e minigeração distribuída (MMGD, como painéis solares em telhados) e estimular a demanda com políticas para data centers, hidrogênio de baixo carbono e armazenamento em baterias. Processos regulatórios em andamento, como os marcos legais de data centers e de eólicas offshore, tendem a avançar sem mudança significativa de orientação.
- **Ministério de Minas e Energia.** Há articulação pela permanência do ministro Alexandre Silveira, mas ela é incerta. Silveira é da cota pessoal de Lula, e a necessidade de ampliar a coalizão pode levar o governo a negociar a pasta com o Centrão, abrindo espaço para mudanças em cargos estratégicos do segundo escalão.
- **Cenário internacional.** A tensão entre EUA e China pressiona a cadeia produtiva da infraestrutura. A disputa por minerais críticos soma-se às tarifas americanas e ao ruído político na relação Brasil–EUA.

Tecnologia: regulação de plataformas volta à agenda, mas tem pouco apoio no Congresso

- **Agenda.** No discurso de vitória, Lula defendeu a regulação das plataformas digitais. Também defendeu a criação de uma inteligência artificial brasileira, para não depender da "chinesa ou americana".
- **Resistência.** A complexidade dos interesses envolvidos, político-eleitorais e econômicos, tem travado a pauta. Na avaliação de Andressa Nervino, "tanto na atual composição do Congresso como no próximo mandato, a visão do governo tem suporte diminuto, especialmente quanto ao projeto de lei de IA e ao de Fake News". São temas custosos para a articulação política e, com a urgência fiscal, não deve haver capital político para enfrentá-los.
- **O que deve avançar.** O projeto de lei de concorrência em mercados digitais (PL 4.675/2025), que amplia os poderes do Cade, a autoridade antitruste, sobre grandes plataformas, tem maior probabilidade de avanço.

RECOMENDAÇÕES · 05

Cinco pontos de atenção para empresas em 2027

01 **Eleição das Mesas da Câmara e do Senado (fevereiro).**
Define quem controla a pauta legislativa e o ritmo de temas como jornada de trabalho, tributação e plataformas.

02 **Regulamentação do fim da escala 6x1.**
Regras de transição, eventual lei complementar para pequenas empresas e revisão de acordos coletivos, com marcos em dezembro de 2026 e dezembro de 2027.

03 **Equipe econômica e indicações ao Banco Central (a partir de março).**
Serão o primeiro sinal concreto da direção fiscal do mandato e do comportamento dos juros.

04 **Relação Brasil–EUA.**
Tarifas, minerais críticos e regulação de plataformas concentram o risco bilateral para empresas com operações nos dois países.

05 **Neutralidade ativa.**
Em um ambiente polarizado, convém definir com antecedência critérios de posicionamento, monitoramento de narrativas e protocolos de resposta, e manter o diálogo com todo o espectro político.

Equipe

Este briefing foi produzido pela AND, ALL e pela AVEQ, com a contribuição de:



Amábile Rozzi

LÍDER DAS PRÁTICAS DE SOCIAL MEDIA, CONTEÚDO DIGITAL & INFLUÊNCIA · AND, ALL

Amábile Rozzi lidera as práticas de social media, conteúdo digital e influência na AND, ALL, onde atua na interseção entre conteúdo, cultura digital e resultados. Seu foco é garantir que as iniciativas de comunicação impulsionem o crescimento e a geração de valor para as marcas. É especialista em transformar narrativas em valor, estruturar caminhos criativos consistentes e conectar tendências, comportamento de audiência e objetivos de negócio.

Com trajetória consolidada, contribuiu para marcas como Meta (Instagram, Facebook e WhatsApp) e GMW. Combina visão editorial e pensamento estratégico, repertório que desenvolveu em títulos de destaque da mídia brasileira, como Capricho, Veja, Elle e Glamour.



Andressa Nervino

SÓCIA-DIRETORA · CONCORDIA PUBLIC AFFAIRS STRATEGIES

Andressa Nervino é sócia-diretora da Concordia Public Affairs Strategies, onde atua desde 2019 no assessoramento estratégico e tático de clientes. Antes, trabalhou na assessoria parlamentar dos Ministérios do Planejamento e da Justiça e Segurança Pública, acompanhando e representando as pastas junto à Presidência da República, aos demais ministérios e ao Congresso. É formada em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e tem MBA em Relações Institucionais.



Leandro Bornacki

CHIEF STRATEGY OFFICER · AVEQ

Leandro Bornacki tem mais de 20 anos de experiência em comunicação corporativa, em setores como energia, tecnologia, alimentos e bebidas e tabaco. Na AVEQ, é responsável pelas estratégias de comunicação corporativa e de gestão de riscos, com atuação em aconselhamento estratégico, relações com a imprensa, assuntos governamentais, influenciadores digitais, ESG, gestão de crises e treinamento de mídia.

Por cinco anos, foi Diretor Sênior de uma startup líder global em marketing de conteúdo, com mais de 2 mil clientes em mais de cinco países, onde liderou equipes no Brasil, no Canadá e nos Estados Unidos e supervisionou duas operações internacionais de fusão e aquisição. É graduado em Publicidade e Relações Públicas, com especialização em Marketing, e estudou Pessoas e Liderança.



Paulo Andreoli

FUNDADOR E CEO · AND, ALL E AVEQ

Paulo Andreoli foi considerado por dois anos consecutivos um dos profissionais mais influentes da indústria global de PR pela PRWeek. Jornalista, executivo e empresário, foi repórter de Economia & Negócios de O Estado de S. Paulo entre 1972 e 1982 e recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo em 1979, ao revelar as exportações brasileiras de urânio para o Iraque. Em 1993, ao deixar a Diretoria de Assuntos Corporativos do Grupo Estado, fundou a Paulo Andreoli & Associados, agência pioneira em Corporate Affairs no Brasil. Foi Chairman da MSL Latam (Publicis Groupe) e membro do board global.

Graduado em Sociologia pela Escola de Sociologia e Política, especializou-se em Física Nuclear e em Direito Internacional (com foco em Direito Nuclear) na USP, e em Comércio Internacional pela Konrad Adenauer Foundation, em Bonn. Foi membro do board do Fernand Braudel Institute of World Economics e country chairman da International Public Relations Association no Brasil.

BRIEFING ELEIÇÕES

Brasil 2026

O que o resultado das eleições muda para empresas, líderes e investidores com operações no Brasil · Outubro de 2026

PRODUZIDO POR

AND,ALL

AVEQ

EM PARCERIA COM

CONCORDIA 12 ANOS

Este documento tem caráter analítico e informativo e reflete a avaliação dos autores na data de fechamento (28 de outubro de 2026). Não constitui recomendação de investimento.

andall.ag